CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

I N D I C A Ç ã O N° 179/71

Aprovada em 27/12/71

Dispõe sobre normas relativas ao contrato e prorrogação de contrato de docentes dos Institutos Isolados de Ensino Superior mantidos pelo Estado.

PROCESSO CEE - N° 1341/71
INTERESSADO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO - Sobre regulamentação de contrato e prorrogação de contrato do docentes dos EIES, mantidos pelo Estado.
CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU
AUTOR - OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO

Considerando que, enquanto não se criarem os cargos da carreira de magistério superior dos Institutos Isolados de Ensino Superior mantidos pelo Estado, se impõe o contrato de professores para ministrar aulas de cada disciplina do currículo;

Considerando a necessidade de resguardar situações futuras, quanto do provimento dos cargos da carreira, de modo a evitar reivindicações de pretensos diretos dos atuais professores, que não queiram sujeitar-se às exigências legais e regulamentares de provimento dos cargos;

Proponho que nos novos contratos a nas prorrogações sejam atendidas as seguintes cláusulas:

- a) o professor deve reconhecer ser a título precário, o seu contrato, mesmo a prazo indeterminado, quando assim o exigir a lei, porquanto está ciente de que o provimento dos cargos e funções da carreira de professor deve ser feito mediante concurso de provas e títulos, nos termos legais e regulamentares;
- b) deve aceitar os termos da Indicação 25/71 do Conselho Estadual de Educação, artigo 37 da Lei Federal 5.540 de 28 de novembro de 1968, e o artigo 11do Decreto-lei 464 de 11 de fevereiro 1969 que considera aplicáveis ao seu contrato.

Para o que apresentou o seguinte projeto de delibe.

PROJETO DE DELIBERAÇÃO.

O Conselho Estadual de Educação nos termos do item XVIII, do artigo 2º da Lei 10.403 de 6.7.71, baixa a seguinte Deliberação:

Artigo 1º - Nos contratos de trabalho dos docentes dos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo, regidos pela consolidação ou leis do Trabalho, devem ser obedecidas, entre outras, as seguintes condições, que o contratado deverá aceitar:

- a) deve reconhecer ser a título precário, o seu contrato mesmo a prazo indeterminado, quando assim o exigir a lei, porquanto está ciente que o provimento dos cargos e funções da carreira de professor deve ser feito mediante concurso de provas e títulos, nos termos legais e regulamentares;
- b) aceitar os termos da Indicação nº. 25/71 do Conselho Estadual de Educação e artigo 37 da Lei Federal 5.540 de 28 de novembro de 1968, do artigo 11 da lei 464 da 11.2.69 que considera aplicáveis ao seu contrato. Artigo 2º-Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua homologação.

São Paulo, 15 de dezembro de 1971.

a)Oswaldo A. Bandeira de Mello- Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, aprovou a Indicação do nobre Conselheiro Oswaldo A. Bandeira de Mello.

Presentes os nobres Conselheiros: Conselheiro Pe. Aldemar Moreira, Conselheira Amélia A.D.de Castro, Conselheiro Luiz Ferreira Martins, Conselheiro Moacyr E. Vaz Guimarães, Conselheiro Wlademir Pereira.

São Paulo, 15 de dezembro de 1971.

Paulo Gomes Romeo.

Presidente